

CONEN

Coordenação Nacional de Entidades Negras

***Consciência Negra - Uma leitura dos
impactos do golpe em curso na luta de
combate ao racismo no Brasil***

A CASA GRANDE ATACA A DEMOCRACIA E OS NOSSOS DIREITOS!

O golpe da PEC 287, o desmonte da Previdência, como a exigência da idade mínima de 65 anos entre os homens e as mulheres para ter direito ao benefício integral, mostram que a reforma proposta inclui regras rígidas e iguais para uma sociedade muito desigual, que agravam ainda mais a desigualdade social do País, principalmente a desigualdade racial, geracional e de gênero.

O golpe do PL 4302/98, que regulamenta a terceirização, aprovado na Câmara dos Deputados e que torna ainda mais precária as relações de trabalho no País e a reforma trabalhista que estabelece que os acordos coletivos negociados prevalecem sobre os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O golpe da política recessiva que levou o desemprego para a casa de 14 milhões de pessoas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no Brasil foi de 12% em dezembro do ano passado, sendo que entre negros foi de 14,2% e entre brancos, 9,5%.

O golpe da política externa de submissão aos interesses do imperialismo, a destruição das políticas de nacionalização das cadeias produtivas, a redução da capacidade de investimentos por parte do Estado, a privatização do pré-sal e o sucateamento de várias cadeias produtivas importantes sinalizam para um aprofundamento deste quadro.

O golpe do congelamento dos gastos públicos por 20 anos, imposto pela emenda constitucional aprovada no ano passado, contribuirá para uma retração ainda maior da economia, além de uma piora significativa dos serviços públicos afetando a população mais pobre.

O golpe nas Universidades públicas que tiveram políticas de inclusão social e racial e, com isto, estavam formando profissionais negras e negros para ocupar empregos mais qualificados, estão sendo sucateadas e tendo a qualidade de ensino seriamente comprometida.

O golpe da Reforma do Ensino Médio, aprovada a toque de caixa em dezembro de 2016, mais um golpe travestido de reforma, que retira de nossas escolas disciplinas fundamentais para a vida democrática e para um processo de formação mais crítico e integral para a juventude brasileira.

Esses dados, são extraídos do Manifesto da Convergências da Luta de Combate ao Racismo no Brasil, a Convergência Negra, tornado público em abril de 2017. Indicam que o programa e as políticas de cunho neoliberal que estão sendo impostas pelo governo golpista de Michel Temer que impediu a continuidade de um governo eleito com 54 milhões de votos, o governo da Presidenta Dilma Rousseff, são ataques a democracia e aos nossos direitos. Certamente, terão como consequência o aumento da pobreza e do desemprego que afetarão diretamente a população negra que é de 53%, ou seja, a maioria, da população brasileira.

As vitoriosas mobilizações recentes organizadas pelos movimentos de mulheres, artistas, juristas, intelectuais, religiosos, as Centrais Sindicais, as Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, apontaram o caminho para derrotarmos a Casa Grande e

o governo ilegítimo e corrupto de Michel Temer: as ruas.

Para a CONEN e o Movimento Negro Brasileiro, além de nos somarmos a essas lutas, coloca-se um desafio que vai além da necessidade imediata que tem nos unido: o nenhum direito a menos, o fora Temer e a convocação de eleições diretas.

A crise brasileira, ampliada com as novas denúncias de corrupção que atingem em cheio o governo ilegítimo de Michel Temer e seus aliados, é parte de uma grande crise mundial do capitalismo.

Essa crise é econômica, política, ambiental, civilizatória, nacional, internacional e de longa duração. Amplia o racismo, a xenofobia e a criminalização dos movimentos sociais. Para o seu enfrentamento são necessárias novas estratégias e novas táticas da luta de combate ao racismo no Brasil e no mundo.

É com essa preocupação que estamos apresentando para o debate no interior da CONEN e no Movimento Negro, principalmente entre as entidades que estão construindo a Convergências da Luta de Combate ao Racismo no Brasil, a Convergência Negra, o documento seguinte **“Consciência Negra: uma leitura dos impactos do golpe em curso na luta de combate ao racismo no Brasil”**.

Consciência Negra - Uma leitura dos impactos do golpe em curso na luta de combate ao racismo no Brasil

“É missão do Movimento Negro construir uma identidade política que considere as questões de gênero, raça, e classe e seja capaz de ampliar a luta contra o racismo na perspectiva de contribuir para a transformação da sociedade.”

Trecho do livro *Traçando Diretrizes: Relatório do 1º Seminário de Planejamento Estratégico da CONEN-Coordenação Nacional de Entidades Negras-Aracajú. SE. 4-8 de Maio de 1994.*

“É um equívoco pensar no Movimento Negro Brasileiro apenas como resposta ao racismo. Queira ou não, saiba ou não, a militância negra não cuida mais apenas de si e dos seus – Tudo é seu! A questão racial está no cerne do sistema de poder e de valores e refina a reprodução do abismo de desigualdades sociais.

Ao rasgar esse véu o Movimento Negro chamou para si a responsabilidade de compartilhar, graças ao acúmulo de lutas e massa crítica, e como garantia moral, perspectivas de aprimoramento do Estado e da sociedade brasileira.”

PEREIRA, 2012.¹

“A figura mítica do minotauro é uma ótima metáfora para a vida. É a criatura encarcerada, forte e limitada, que pela força se impõe no labirinto, mas que por ela mesma não é capaz de sair. O minotauro administra sua crise (o labirinto), mas sem legitimidade (força) ou mesmo interesse em superá-lo. O golpe é este minotauro que usa da força e que não pode tirar o país do labirinto em que se encontra. Ou matamos a fera, ao estilo de Teseu, e em ato contínuo recuperamos a linha que nos retirará da cilada, ou terminaremos como vítimas anônimas.”

Pedro Otoni, dirigente das Brigadas Populares.

Com este documento, originário das reflexões feitas na I Conferência Nacional da CONEN – CONFECONEN, realizada nos dias 26 a 29 de maio de 2016, na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais), afirmamos que há relações entre o avanço da luta contra o racismo e a crise institucional e de valores – especialmente agudizada nesse momento da conjuntura nacional brasileira.

Certamente que, além do peso dos interesses econômicos vistos como principais, esse ambiente repercute na agenda de demandas presentes em todas as

¹ PEREIRA, Amauri M. “Toma que o filho e seu...: Políticas públicas pragmáticas e outros desafios na institucionalização da Luta Contra o Racismo.” *Revista da ABPN*, v. 3, nº 7, jan a jun 2012.

latitudes e sociedades contemporâneas: questões de gênero, geracionais, referentes à sexualidade, ao meio ambiente e outras. Mesmo assim, compreendendo que há uma “crise geral”, vale afirmar que o avanço da luta de combate ao racismo no Brasil representa aspecto demais saliente e agravante na “crise política” que hoje divide a sociedade brasileira – é o tom e o jeito brasileiros, no “espírito” das dinâmicas sociais e políticas de ressignificação da diversidade.

Breve histórico e contexto dessa afirmação

Uma República racial

Um ano e meio após a “emancipação” da escravidão e a queda da monarquia, era proclamado o regime republicano no Brasil, em meio a pequenos e atenuados conflitos e rearranjos institucionais entre as forças políticas e no comando da vida econômica. Em termos sociais é que aconteceria um esforço inédito de transformação: a república incrementou uma colossal política pública de mudança demográfica da população brasileira, começada antes da Abolição – a imigração europeia. Por decreto-lei era vedada a “imigração de indígenas de África e Ásia”.²

Nas primeiras décadas do século XX era forte entre a intelectualidade a ideia de que a raça negra e seus descendentes eram degenerativos. Fosse ou não, urgia branquear a população majoritariamente negra e mestiça, vista pela ótica das doutrinas do racismo científico e do darwinismo social, como incapaz de construir uma sociedade nos moldes daquelas que emergiram com a modernidade do Ocidente europeu. A crença predominante – seletiva e conveniente apropriação e ressignificação de teorias racialistas – era de que o sangue europeu “lavaria a mancha negra” profundamente entranhada na formação social.³

Em cena a ideia de Democracia Racial!

A partir dos anos 1930 vão perdendo força aquelas ideias eugenistas arianistas. Primeiramente com a percepção de que, em vez de degeneração, aquela população se desenvolvia e pressionava por reconhecimento, e produzia talentos em todas as áreas da vida social; segundo que a Revolução de 30 – desequilibrando as relações

2 Decreto-lei n. 528, de 1890. “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, exceptuados os indígenas da Ásia e da África...”. Citado em VAINER (1990)

3 Para conhecer melhor as doutrinas do racismo científico ver Hofbauer, Polyakov, Banton. No Brasil tais ideias repercutiam através, por exemplo, de: Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Silvio Romero e o Congresso Brasileiro de Eugenia (1929).

de poder e remexendo nos valores tradicionais –, inaugurou mobilização inédita em razão da valorização do **ser brasileiro**, com a mestiçagem sendo vista como uma característica e fator de unidade nacional. Inegável, nesse contexto, a importância de Gilberto Freyre e do seu livro marcante *Casa-Grande & Senzala*, de 1933.

O pensamento de Freyre “pulou fora” do arianismo e impactou a intelectualidade ao valorizar a mestiçagem como marca da nascente civilização brasileira; também ao enaltecer a presença negra desde os primórdios da colonização, induzindo a visão de que no Brasil de colonização portuguesa a escravidão teria sido benfazeja, com relativa proximidade entre as raças, num “*equilíbrio de antagonismos*” de tendência harmonizadora; tudo isso, ao contrário da colonização e escravização anglo-saxônica, na qual a segregação seria a norma.

Aquela construção teórica inovadora e sofisticada de Freyre deu visibilidade a desejos antigos, enrustidos na vida social e mesmo entre segmentos da intelectualidade, já de si muito mestiçada. Estes são os que identificavam na relação entre as raças no Brasil um diferencial positivo, comparando com o que acontecia em outras sociedades: o que veio a ser conhecido como democracia racial.

Idealização tão sedutora prosperou e se incrustou no imaginário nacional de todas as classes e cores brasileiras, mesmo que fossem flagrantes as desigualdades decorrentes de preconceitos e discriminação raciais.

O desejo de que houvesse igualdade alimentou e passou a funcionar como um mito, incensado insistentemente por políticas de Estado, por setores intelectuais proeminentes e pelos meios de comunicação, além de currículos escolares. Daí a dificuldade de se instituir a luta contra o racismo.⁴

Ruptura e emergência da luta contra o racismo na cena pública

*Infelizes aqueles que desde longe expuseram a chaga do preconceito como uma doença social! Malditos os que se insubordinavam contra a “política racial vigente”! Sobre eles e elas caíam a descrença e os prejuízos.*⁵

4 O livro de Carlos Hasenbalg (1979), *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*, é considerado um marco na problematização do “mito da democracia racial”. Utilizando uma metodologia quantitativa, procurou demonstrar que preconceito e discriminação raciais constituíam o principal mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. Alguns brasilianistas americanos marcaram presença nessa discussão. É o caso, entre outros, de Thomas Skidmore (1978), de Carl Degler (1976), de Michael Mitchell (1981), de Michael Hanchard (2001). Este último protagonizou uma das mais fecundas disputas ideológicas desse subcampo acadêmico no Brasil. Ver Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nº 1. RJ. 2002.

5 Redação deliberadamente teatral, para acentuar as dificuldades de todo tipo – familiarmente, profissionalmente, politicamente, moralmente... – enfrentadas por aqueles que se insubordinavam contra o “mito da democracia racial”, nos anos 70 e 80. O livro *A integração do negro à sociedade de classes*, de Florestan Fernandes (1964), escrito a partir de pesquisa financiada parcialmente pela Unesco no início dos anos 1950, aborda pioneiramente e consistentemente a situação de prejuízos raciais em São Paulo.

As visões a respeito da questão racial vão sofrer profundas mudanças a partir dos anos 70. Aí uma militância negra ressurgiu quase simultaneamente em todas as regiões brasileiras, com novas ideias e circunstâncias, incentivadas por uma conjuntura nacional e internacional favoráveis.⁶

Acriação do Movimento Negro Unificado, em 1978; a multiplicação de incontáveis entidades negras em todas partes do país; as Marchas de 1988 (manifestações de vulto, críticas do centenário da abolição, realizadas em várias cidades, de todas as regiões brasileiras); o Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, em 1988; o Iº Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) SP, 1991; e a Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida, em 1995. Esses eventos costumam ser referenciados como marcos da emergência e consolidação do Movimento Negro Brasileiro nas décadas finais do século XX.

Na virada do novo milênio a questão racial galgou importância inédita na agenda política nacional brasileira. Culminava naquele momento um processo intenso e muitas vezes conflituoso de articulações entre uma militância antirracista capitaneada pelo Movimento Negro e setores da sociedade civil, em todas as regiões.

Desde os anos 80 se abriam, para aquela militância, espaços “de negros e negras”, de “cultura negra” ou de “cultura afro-brasileira”, de “combate ao racismo”, junto a governos e em diferentes setores da sociedade – partidos políticos, movimentos sociais, comunidades religiosas e outros.

A propagação e capilaridade da ideia de Consciência Negra – valorização do negro e das culturas de matrizes africanas – no tecido social e a crescente presença de negros e negras em espaços políticos institucionais e de mídia impactavam a vida social, em flagrante descompasso com a “tradição” (verdadeiro tabu) de silenciamento e/ou represamento de visões críticas sobre a questão racial.

Também segmentos acadêmicos críticos da noção de democracia racial, amplamente hegemônica na sociedade, responderam positivamente e constituíram um subcampo acadêmico de Estudos de Relações Raciais, que se afirmava e ainda se afirma, interdisciplinarmente, no âmbito das Ciências Humanas.

Iniciado o novo século, a adoção de medidas de ações afirmativas em universidades públicas – principalmente através de cotas para ingresso de afrodescendentes e de estudantes pobres – tornou agudo o conflito entre, de um

E sua análise deu visibilidade a agentes, realizações, conquistas e instituições, “*os movimentos sociais no meio negro*”, subtítulo do maior dos capítulos do livro. Para uma visão mais ampla desse processo de lutas em âmbito nacional ver PEREIRA (2008), e ALBERTI e PEREIRA (2007). Hoje é vasta a produção de conhecimentos a respeito das agruras da vida social e das lutas do que veio a ser conhecido contemporaneamente como Movimento Negro Brasileiro.

6 ALBERTI e PEREIRA (2006), CARDOSO (2003). PEREIRA (2013) fala em circulação dos referenciais de lutas negras no Atlântico Negro. Lembro disso para problematizar visões de que o movimento pelos direitos civis nos EUA teria influenciado negros brasileiros, e daí o surgimento do Movimento Negro Brasileiro. Esse autor, em pesquisa de rara felicidade, encontrou evidências de “influências” do Movimento Negro Brasileiro sobre militantes negros americanos, em jornais negros americanos... Nos anos 1930!

lado, a militância antirracista, que granjeara vasta rede de alianças e acumulara consistência na crítica ao modelo de relações raciais; e, de outro lado, antirracistas mais discursivos que efetivos, inquietos com a proeminência e “perda de controle” daqueles debates, e com a multiplicação de políticas públicas e privadas que se propunham alternativas ao racismo, ou como medidas reparatórias, ou, pelo menos a enfrentar a tradição “cega à cor” – na verdade cega à questão racial.

É nesse contexto que assume um governo definitivamente progressista, de um partido cuja autoimagem mais que difundida e compartilhada é de ter se construído a partir de Movimentos Sociais, e declaradamente disposto a enfrentar as desigualdades históricas no país.

Uma conjuntura que se arrasta...

É sem dúvida que a manipulação (quase sempre menosprezando a gravidade) de informações sobre o impacto no Brasil da situação internacional de crise permanente, de recessão/instabilidade econômica, queda acentuada no comércio internacional e em preços de *commodities* fundamentais para o equilíbrio de contas internas e externas, no último ano, colocou na defensiva um governo progressista, desde longe mantido sob severo ataque. Governos que se sucederam graças ao apoio da maioria da sociedade, apesar de em nome da governabilidade, concederam espaço e poder efetivo a esquemas parlamentares majoritários, e a segmentos enraizados em poderosas instituições da sociedade civil e do alto empresariado, o que os tornou reféns, além dos conglomerados de mídia, de um congresso majoritariamente conservador e de um Judiciário corporativista e absolutista (isento de qualquer mecanismo externo de controle e avaliação).

No que tange a mecanismos mais efetivos de enfrentamento da questão racial, foram tímidas e frustrantes as iniciativas governamentais entre 1995 e 2002.⁷

O impulso ocorre, mesmo, a partir das cotas para ingresso nos cursos superiores nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, por decreto sancionado pelo governo estadual, em 2002, e depois na UNEB, em 2003.

De parte do governo federal as ações afirmativas na Educação derivaram para uma medida contemporizadora e foi criado o Prouni. As demandas por cotas nas universidades federais, porém, foram se generalizando através de negociações internas em cada universidade pública, até o Decreto-lei nº 1711/2010, antecedido por espetacular revigoramento e crescimento das IFES, através do Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

7 Constituição do GTI, em 1995; SEMINÁRIO INTERNACIONAL “MULTICULTURALISMO E RACISMO: O PAPEL DA AÇÃO AFIRMATIVA NOS ESTADOS DEMOCRÁTICOS CONTEMPORÂNEOS”, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, em julho de 1996; criação da Comissão de Diversidade, no MEC, 1999.

Outras medidas marcantes foram a sanção presidencial que instituiu as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que geraram as DCNERER e um Plano Nacional de Implementação; a criação da SEPPIR, em 2003; a realização de três Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (2005-2009-2013); a nomeação para cargos executivos e a admissão de militantes negros e negras em situações de representação em diversos órgãos e mecanismos de Estado e governo, como por exemplo o STF, o CNDES, o CNE; e uma política de incentivos e dotações de recursos a incontáveis iniciativas de prefeituras e governos estaduais, para criarem órgãos de -Promoção da Igualdade Racial (PIR).

A partir desse novo quadro, que se torna mais complexo à medida que avança o século XXI, queremos colocar a seguinte afirmação: a série de medidas do governo central, seguidas por muitos governos estaduais e municipais na última década, em direção à consolidação de políticas públicas, agora nomeadas como de Promoção da Igualdade Racial (PIR), podem ser vistas como um dos fatores de aguçamento do quadro político-institucional que levou à deposição de um governo eleito legitimamente, através de golpe com o apoio da mídia hegemônica, do Parlamento e do Judiciário.

Uma questão estrutural pressiona e se impõe nas conjunturas

Incompreensão e indecisão?

Não será um problema a distância cultural entre a intelectualidade e a grande maioria da população: muito maior do que é comum e compreensível nas sociedades em geral?

Mesmo em setores “de esquerda”, aqui vistos como progressistas, foi sempre pontual e descontínua a presença de negros e negras, e de práxis referenciadas em valores comuns no âmbito da chamada cultura popular, cujo núcleo pesado, em todas as regiões, é constituído por aspectos e traços afro-brasileiros.⁸

É volumosa a massa crítica sobre o eurocentrismo e o colonialismo cultural que contaminam o chamado pensamento social e as mais influentes teorizações sobre a formação, o desenvolvimento e a atualidade da sociedade brasileira. E de como tem sido difícil questionar tal tradição epistemológica.⁹

8 Preciosa essa argumentação elaborada por Joel Rufino dos Santos (1985).

9 Basta ver que foi preciso uma lei constitucional, em 2003, para que se adotasse o estudo de História da África no ensino básico e superior. O estudo da História indígena só em 2008. Passados 13 anos são episódicos seus efeitos sobre a formação de professores e de estudantes. Estudos sobre América Latina, por sua vez, ainda costuma ser iniciativa de pesquisadores isolados e tenazes.

Para além da “nova classe média” de maioria negra alçada à condição de consumidores “até mesmo” (!) em shoppings, mas nem sempre disposta ou em condições de assimilar procedimentos “civilizados”;¹⁰ a ausência negra, vista como decorrente do *apartheid social* até os anos iniciais do novo milênio, começou a mudar nas últimas décadas.

A arregimentação de negros e negras (em hostes partidárias de toda coloração, em diversos segmentos da sociedade civil e de movimentos sociais, além de passarem a integrar esquemas e apelos publicitário e de mídia), além da maxivisibilização e nova respeitabilidade a manifestações culturais de matrizes afro-brasileiras, passou a ser vista como ingrediente necessário à política progressista.

Mudanças culturais, no entanto, e ainda que sejam sinceramente buscadas, são difíceis.

A partir de 2003 era notável a presença e participação muito maior de negros e negras em ambientes culturais, políticos e institucionais onde antes era incomum. Mas até que ponto era “prá valer”!

É corrente a ideia de que a efetiva integração vinha sendo “negociada”: se há honrosas exceções de espaços nos quais quanto mais militante mais respeitada, o inverso ainda parecia ser a norma.

A questão nodal da Consciência Negra – a crítica histórica e da centralidade do eurocentrismo conjugada à afrorreferenciação histórica, simbólica, estética, como constitutivos da nacionalidade – vem sendo digerida a contragosto.

É como se para negros e negras valesse o ditado: “*Quem pisa na terra alheia, pisa no chão devagar*”.

Aqueles espaços “tradicionalmente” brancos, masculinos, dos “mais velhos”, heterossexuais ainda são vistos como terra alheia, e certas demandas como “radicais” e impertinentes. Etnografias informais e “secretas” falam de recusas, rejeições e muito estranhamento-desajuste-desacerto...

Reclamos dessa natureza são comuns nos diferentes espaços de circulação física e de ideias do Movimento Negro.

É necessário organizar memórias e análises dos militantes negros e negras que assumiram cargos em espaços prestigiados da sociedade civil e em governos federal, estadual e municipal: do comando da Fundação Cultural Palmares ao último mandato da SEPPIR, passando pelo GTI, pelo amplo processo de preparação brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, e por incontáveis

10 É comum a circulação de anedotas preconceituosas que tentam ridicularizar a presença dessa “nova classe média”, vista como desajeitada, inconveniente, criadora de problemas, em ambientes até então restritos. Mesmo entre adversários dos últimos governos tem sido comum a visão de que houve efetiva redução da pobreza e avanço nos índices de desenvolvimento humano (IDH).

experiências em conselhos e órgãos de Promoção da Igualdade Racial – (PIR) nas últimas décadas.

Queremos dizer que, no âmbito da vida social, no julgamento da chamada classe média habituada à exclusividade em aeroportos, assim como para os quadros e para a burocracia das mais altas esferas institucionais e políticas, e nas grandes universidades e espaços culturais artísticos e de lazer, é imensa a desvantagem dos governos progressistas com a presença ostensiva de negros. Ainda mais que há mais jovens e costumam vir juntos indígenas, gays e lésbicas, quilombolas e toda sorte de gente historicamente relegada aos porões ou às retaguardas da sociedade.

A impressão é de que a política progressista amarga, hoje, essa desvantagem, em grande parte porque não compreendeu ou não soube, ou não quis aproveitar as vantagens da presença daquelas e daqueles novos agentes sociais e políticos. Tais presenças funcionaram muito mais simbolicamente do que formativamente.

Não representaram um ganho no que toca à efetiva incorporação de novos referenciais e confiança de que eles poderiam alicerçar políticas mais ousadas, fatores de mobilização e fortalecimento político-institucional no enfrentamento de adversários e inimigos políticos e ideológicos.

É hora de decisão para o Movimento Negro Brasileiro

Joel Rufino dos Santos, em texto profético publicado há mais de trinta anos, questionava os referenciais teóricos e históricos mais influentes na sociedade brasileira, em geral compartilhados por lideranças do Movimento Negro. Dizia então que seria necessário à militância negra estar no epicentro da crise brasileira e, se colocando de fora do espectro das culturas hegemônicas, vislumbrar perspectivas políticas e soluções.

Serguei Soares (2012), analisando os censos gerais do IBGE, diz que a autoidentificação da população preta e parda como negra saltou de 34 para 54 por cento em pouco mais de 30 anos, e que isso representa um inegável êxito da ação política ideológica do Movimento Negro.

Com a manutenção (ou não) do mandato da presidenta Dilma Rousseff, a partir dessas profecias e análises e incorporando novos referenciais históricos, teóricos, simbólicos, estéticos, o Movimento Negro, mobilizando consciências em mais da metade da população, pode ir muito além de pedir, ou mesmo propor, reconhecimentos e políticas públicas de equidade – talvez lhe caiba a responsabilidade de inaugurar nova enunciação político-ideológica-estratégica capaz de – com “os pés no chão” da institucionalidade a que nem sempre é possível fugir – “voar” na pregação de que, como queria Agostinho Neto, é preciso “*Chorar*

com os olhos secos”.

Não se trata mais de pedir ou reclamar: é assumir que vamos juntos – o amplo e plural conjunto do Movimento Negro Brasileiro – contribuir no âmbito das lutas sociais na perspectiva de efetiva construção de igualdade de oportunidades, justiça social, democracia. Esse é o principal objetivo da CONEN na atual conjuntura.

A CONEN e a conjuntura política

Os atuais desafios da luta de combate ao racismo no Brasil

A agenda política da direita conservadora no Brasil está atacando violentamente as conquistas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos que lutavam pela democracia e contra a ditadura militar, direitos consolidados na Constituição de 1988, sobre forte pressão popular, e com isso assegurou princípios de um Estado de Bem-Estar Social, seja no plano dos direitos individuais, coletivos, seja no dos direitos econômicos e políticos.

Pela primeira vez na nossa história ficaram estabelecidos princípios de direitos de cidadania plena, e os sujeitos políticos que expressam valores de identidade de maioria política como as mulheres, negros, a juventude e os trabalhadores de modo geral asseguraram direitos universais no plano legal.

Para destruir as conquistas de 1988, fruto das lutas históricas por direitos e democracia, foi unguído na caserna da Vice-Presidência da República um golpe parlamentar, um golpe contra a Democracia e o Sufrágio Universal, ou seja, construiu-se um atalho ilegal com ares de legalidade para destituir a primeira mulher Presidenta do Brasil,

Os indicadores estruturais do golpe em curso demonstram a falência na saúde, no emprego, na segurança e no plano da política internacional, que minam e destroem as relações políticas, econômicas e que solapam a cultura como política pública e o direito a criatividade e a liberdade.

Importa identificarmos que, neste início de século XXI, a combinação da tirania da informação e do dinheiro numa espiral ideológica produz totalitarismos, golpes de Estado e aniquilamento da democracia. Essas dimensões são plenamente verificáveis no plano internacional como, na atualidade da política brasileira, o desprezo pelo bem comum e o bem público, pedras angulares para a sustentação dos valores democráticos como eleições sistemáticas e respeito aos seus resultados, o sufrágio universal, participação popular e outros que garantem o Estado de Direito.

Os movimentos negros brasileiros têm se manifestado de todas as formas públicas, contrários ao golpe parlamentar que afastou a presidente eleita democraticamente, têm convicções incontornáveis sobre o valor da democracia e seus direitos, que estão sendo corroídos pela agenda neoliberal do governo interino, que governa o país de forma ilegítima e condenável.

Consciência Negra e Democracia

Consciência negra e democracia são valores intrínsecos à história de luta do Movimento Negro contemporâneo, às manifestações contra a ditadura militar na década de 70 do século XX e aos processos de organização nacional do movimento. E forjaram a partir da luta contra o racismo o seu caráter plural e democrático, em contraposição a uma sociedade brasileira reconhecidamente racista, autoritária e profundamente machista.

Steve Biko, líder negro do movimento internacional contra o *apartheid* na África do Sul, formulou e colocou em prática o conceito de consciência negra como estatuto pedagógico da luta contra o racismo, em que desconstrói a ideia da suposta superioridade do “homem branco” e reconstrói a história do povo negro africano, principalmente com a juventude negra sul-africana.

Donald Woods, ativista contra o *apartheid*, escreve, no artigo “Anatomia da Consciência Negra”, que “A consciência negra seguramente produziu um novo tipo de jovem negro sul-africano, capaz de demonstrar orgulho, encarar o mundo de frente e avançar sem hesitações para reclamar seus direitos. Das fileiras *do movimento* consciência negra sairão muito dos futuros líderes da África do Sul. Todos os sul-africanos profundamente interessados neste país deveriam tentar compreender seus pensamentos e atitudes” (Woods, 1987).

Com outras dimensões políticas e tempo histórico, as manifestações no Brasil em 2013 estimularam todo tipo de interpretação, a partir de um eixo mobilizador, o Movimento Passe Livre, que colocou em xeque a política de transporte e forjou as Jornadas de Junho, que mobilizaram principalmente a juventude em todas as grandes e médias cidades.

Neste movimento democrático organizado nas ruas, é crível afirmar que a juventude negra e os movimentos negros protagonizaram o que teoricamente denominamos luta de classes, não se comportando como “setores internos” ou “grupos intraclasse” teleguiados pelas lideranças tradicionais ou mobilizados somente pelas redes sociais, as várias mídias têm o seu papel nas vidas dos sujeitos contemporâneos, mas decisivas são as consciências desreificadas sobre o ser coletivo e individual que se manifesta na transição do velho sobre o novo (Gramsci).

A consciência negra, racial, de classe e gênero expressaram suas fases nas Jornadas de Junho de 2013, que substancializou a democracia, fizeram das ruas o principal palco para elevar o projeto político que estava em curso, tinham consciência dos riscos e apostaram no futuro que muitas gerações construíram ao longo da história brasileira e, por isso mesmo com críticas ao governo democrático e popular, não aceitam o golpe! E lutam pela democracia.

A I Conferência da CONEN é um marco nesta jornada de luta contra o golpe, pela democracia, mas coloca-se no desafio de construir um projeto político de maioria substantiva, protagonizado pelo Movimento Negro Brasileiro.

Tática e estratégia para a CONEN: pensar como maioria e formular um projeto político de poder do povo negro para o Brasil

Compreender essa noção de tática e estratégia é fundamental por que há indicações cada vez mais evidentes no cenário político da questão racial no Brasil de uma ampliação ou crescimento de uma onda negra conservadora, ou seja, emerge uma *afrodireita* no Brasil que poderá ter o apoio das elites conservadoras de direita e espaços generosos na mídia corporativa privada com o objetivo de disputar o espaço político conquistado pelo Movimento Negro Brasileiro até aqui, se considerarmos o processo de convencimento e a disputa política em relação ao tratamento que os meios de comunicação adotaram no debate público das cotas raciais para acesso às instituições federais do ensino superior.

A novidade das manifestações da oposição conservadora de direita ao Governo Dilma no último período revela o que sempre soubemos – eles sempre estiveram no mesmo lugar, representam o que nunca saiu do poder no Brasil. E, quando escutados com atenção, é possível ouvir o som de fundo: tudo o que querem é manter seus privilégios intactos. E podem manipular a seu favor o emergente e ainda incipiente segmento de uma *direita negra* que comunga interesses semelhantes.

Por essa e por outras razões, a CONEN precisa pensar a luta política e cultural contra o racismo na sociedade brasileira como maioria, compreendendo que na maioria cabem todas as contradições e diferenças, segmentos e grupos organizados, disputas ideológicas, políticas e simbólicas, assim como uma direita negra.

A conquista da hegemonia política pelo pensamento, pela capacidade de formulação de teoria e de produção de conhecimento, pela disputa no campo do simbólico (da cultura) e no campo da política vai depender da nossa capacidade de organização política.

Nesta construção, a CONEN necessita se consolidar como um bloco político com autonomia para levar à frente a defesa das demandas do povo negro, organizando a luta em conjunto com outros setores da sociedade contra os ataques e o retrocesso impostos pela atual crise, pautando sempre as necessidades da população negra e, principalmente, impondo a discussão racial em todas as lutas e em todos os espaços. É necessário que o combate político e cultural ao racismo tenha a dimensão e importância que ele tem no protagonismo das lutas por transformação social e racial da sociedade brasileira.

É com essa compreensão que a CONEN tem participado das mobilizações contra o golpe; esteve presente na Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver; integra a Secretaria Operativa da Frente Brasil Popular e investe na construção da Convergências da Luta de Combate ao Racismo no Brasil, a “Convergência Negra”.

A atuação da CONEN e do conjunto do Movimento Negro deve se dar em todos os lugares – nos locais de estudo, trabalho ou moradia – de forma organizada, ligando cada atuação a um plano de mobilização e luta. Precisamos colocar a nossa luta na ordem do dia, pois a construção social e econômica do nosso país

nos impõe a importante tarefa de responder às necessidades de nosso povo, já que é impossível uma verdadeira transformação social sem nós, sem levar a sério a importância das lutas negras gerais.

Prioridade para a CONEN: a formação política

O povo negro é determinante na luta de classes no país.

A verdade é que, historicamente, setores da esquerda e da direita usam nossas pautas e cooptam nossos quadros não por querer responder de forma consequente às nossas demandas, mas sim para usar nossa mobilização e força como massa de manobra.

Portanto é verdadeira a urgência de o Movimento Negro se organizar cada vez mais com autonomia e independência políticas. Isso requer consciência qualificada, militância e ousadia para se autofinanciar e desenvolver suas ações, entre estas o **desafio da formação política**.

Nossa estratégia de longo prazo

Intervenção na Década dos Povos Afrodescendentes

A Década Internacional de Afrodescendentes foi proclamada pela Resolução nº 68/237 da Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2014 e será observada entre 2015 e 2024, com o objetivo de que as Nações Unidas, os Estados-Membros, a sociedade civil e todos os outros atores relevantes possam tomar medidas eficazes para a implementação do programa de Durban no espírito de reconhecimento, justiça e desenvolvimento.

A Década deverá destacar a importante contribuição dada pelas e pelos afrodescendentes para nossas sociedades e propor medidas concretas para promover a sua plena inclusão, o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância.

Ora, o Brasil tem uma enorme importância no cenário mundial como segundo país do mundo em população negra, atrás apenas da Nigéria. O Brasil tornou-se uma das maiores economias do mundo, com forte crescimento econômico, queda do analfabetismo, população predominantemente urbana e diminuição das desigualdades. Proporcionalmente, o maior índice desse progresso afetou positivamente a população negra.

No entanto, persistem desigualdades raciais, étnicas e de gênero. Entre essas assimetrias crônicas e de longa duração na sociedade brasileira destaca-se a barbárie do extermínio em massa da juventude negra.

A continuar tamanho índice de mortalidade de jovens negros no Brasil por arma de fogo, demonstrados pelo Mapa da Violência, teremos no fim da década em 2024 em torno de 500 mil jovens assassinados.

Por essa e por outras razões, a CONEN destaca quatro eixos estratégicos e

fundamentais para a nossa reflexão e ações coletivas aqui no Brasil, no conjunto da Diáspora e na sua intervenção nas relações com o continente africano, a saber.

- O primeiro está relacionado à produção de visibilidade da força humanizadora das mulheres negras e ao seu empoderamento cultural e político. As mulheres negras recebem, em média, 50% da remuneração das mulheres brancas. Elas correspondem a quase 70% das famílias com renda de até 1 salário mínimo. As mulheres negras são as guardiãs da sabedoria, fonte na produção do conhecimento agroecológico e são as principais mantenedoras da ciência do bem viver e dos laços psíquicos e afetivos que organizam as comunidades negras tradicionais ou não.

- O segundo se refere à juventude negra. Cerca de 50 mil brasileiros são assassinados por arma de fogo a cada ano. Contudo, essa violência se distribuiu de forma desigual: as vítimas são sobretudo jovens negros do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. O Índice de Homicídio na Adolescência (IHA) evidencia que a probabilidade de ser vítima de homicídio é mais do dobro para os negros em comparação com os brancos. Isso configura o que o Movimento Negro denomina de Genocídio do Povo Negro através do extermínio em massa da juventude negra.

- O terceiro percebe que o agravamento das questões ambientais tem atingido significativamente as comunidades negras, submetendo-as a um quadro de injustiça ambiental alarmante. Temos assistido a um silencioso massacre dos quilombolas pelas hidrelétricas, mineradoras e latifundiários que roubaram as terras dos povos indígenas e quilombolas. Os madeireiros, fazendeiros, mineradoras, barragens e usinas para produção de energia espremem e asfixiam os povos indígenas e os territórios das comunidades tradicionais quilombolas e ribeirinhas. A monocultura e o cultivo de pastos para boi e plantações mergulhadas no veneno estragam os alimentos e a terra. Matam as florestas, os animais, sujam os rios e derrubam nossas árvores.

O capitalismo é o grande responsável pelas crises econômica, alimentar e ambiental. O modelo de produção e consumo capitalista é incompatível com a preservação ambiental, como o uso coletivo das riquezas naturais e com a justiça social. Os verdadeiros responsáveis pela devastação das florestas, pela poluição dos rios, mares, pela degradação dos biomas e insustentabilidade urbana em todo o planeta são os países imperialistas e colonialistas. Não somos responsáveis por tamanha espoliação dos seres humanos e da natureza. Não apoiamos o princípio da responsabilidade comum, pois cabe aos países ricos o principal ônus da preservação. São nos países pobres e em desenvolvimento que encontramos a maioria dos povos vítimas da degradação ambiental, vítimas do racismo ambiental. Compreendemos os quilombos como verdadeiros territórios de resguardo da biodiversidade e escolas da diversidade cultural.

● O último eixo trata da distorção da imagem do homem e da mulher negra na comunicação. Essa situação perversa de racismo e discriminação da mídia é reflexo das práticas de racismo existentes na sociedade brasileira, dos aspectos sócio-históricos que entrelaçam a trajetória do povo negro no Brasil e resultado de uma política de invisibilidade planejada da população negra pelas grandes corporações midiáticas controladas por apenas 12 famílias que detêm os meios de comunicação, dos interesses econômicos do mercado e de um desejo desenfreado e subjetivo das elites em transformar e hegemônizar o Brasil como uma nação branco-europeia.

Portanto, a democratização dos meios de comunicação é uma exigência ética, democrática e pública para que a sociedade brasileira possa avançar na construção de políticas que promovam o desenvolvimento social e democrático inclusivo e sustentável.

Isso significa ir para além do reconhecimento de que o Brasil é um país onde a diversidade étnico-racial e pluralidade cultural são marcas identitárias da nação. Isso significa produzir visibilidade da população negra como parte constitutiva da nação brasileira e que quer ter a sua representação simbólica nos meios de comunicação social.

Durante a Década dos Povos Afrodescendentes não permitiremos que o racismo nos submeta a violência simbólica e física, que destrua o nosso legado ancestral e espiritual africano. Esse legado é libertário, ecológico e sagrado. A nossa emancipação será a tomada da consciência negra, dos nossos direitos enquanto sujeitos de nossa história.

Conclusão

A CONEN e o Movimento Negro precisam fazer um balanço político dos erros históricos, superar ideias e vícios que não nos ajudaram a avançar, ver quais ideias nos servem, até porque se, a CONEN e o Movimento Negro não são homogêneos, a sua história também não é.

Precisamos avançar, a história não espera, os ataques estão vindo e a vida de nossos irmãos negros e negras estão sendo ceifadas, estão sendo presos, demitidos, perdendo seus espaços de manifestação e expressão do sagrado e seus territórios.

Os caminhos só podem ser traçados a partir de reorganização da CONEN e do Movimento Negro como um todo. A CONEN pode contribuir muito.

A experiência das organizações e entidades negras que combatem o racismo no Brasil e das políticas de promoção da igualdade racial promovidas pelos governos em qualquer nível mostram essencialmente que, sem compreender e adotar ações políticas fundadas na transversalidade da imbricação das categorias *de raça, gênero e cultura, independência de classe e de autonomia política*, é impossível levar à frente nossas demandas, que são inúmeras, formular um projeto político de poder no Brasil do ponto de vista do povo negro.

Portanto, o balanço político, organização e estratégia são fundamentais para levar adiante nossa luta e, principalmente, para resistir à atual crise política e

econômica que atravessa o nosso país.

Enfim, a militância negra brasileira precisa ter a grandeza de abrir mão das vaidades pessoais e pensar como Agostinho Neto: “Não basta que seja pura e justa a nossa causa. É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós”.

E incorporar um dos princípios fundamentais da filosofia *Bantu* que compreende o *ser_como força*. Devemos compreender a CONEN e o Movimento Negro como a possibilidade de repor dentro de nós mesmos a força... *a força de lembrar da própria força*.

Brasil Maio de 2016

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar A. *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC-FGV*. Editora Pallas e FGV. Rio de Janeiro. 2007.

_____ “A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 37, jan/jun, 2006.

CARDOSO, Marcos Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

DEGLER, Carl N. *Nem Preto Nem Branco: Escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil. Coleção de Bolso Labor, 1976.

HANCHARD, Michael. *Orfeu e Poder: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ/UCAM-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Edições GRAAL. SP. 1979.

_____ “Discurso sobre a raça: pequena crônica de 1988”. Em *Quase Catálogo – Visões da abolição*.1988. (Org.) Márcia Contins. CIEC-ECO-UFRJ. 1997. E em *EAA* n° 20, jun 1991.

HOFBAUER, Andreas. *Uma História do Branqueamento ou o Negro em Questão*. São Paulo: Editora UNESP. 2006.

MITCHELL, M. *Racial Consciousness and the Political Attitudes and Behavior of Blacks in São Paulo*. Tese de doutorado, Indiana University, 1977.

PEREIRA, Amauri M. "Toma que o filho é seu... Políticas públicas pragmáticas e outros desafios na institucionalização da Luta Contra o Racismo". *Revista da ABPN*, v. 3, n. 7, mar/jun 2012.

_____. *Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. 2 ed. Editora Nandyala: Belo Horizonte. 2008.

PEREIRA, Amílcar. *O Mundo Negro: Relações raciais e a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj/Pallas Editora. 2013.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. "O Movimento Negro e a crise brasileira". *Revista Política e Administração*, nº 2. Jul/set1985. Rio de Janeiro.

SOARES, Sergei. "A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007". In THEODORO, Mário. (Org.). *As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição*. IPEA. Brasília. 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. "Discurso sobre a raça pequena crônica de 1988". Em *Quase Catálogo - Visões da abolição 1988*. (Org.) Márcia Contins. CIEC-ECO-UFRJ. 1997. E em *EAA*, nº 20, jun 1991.

Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN et alii. "Carta do Rio de Janeiro – Desenvolvimento sustentável e erradicação da miséria pela ótica do Movimento Negro" - Desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, preparatório para a Conferência Rio+20, 28 e 29 de abril 2012, Rio de Janeiro. fpabramo.org.br: 3 mai 2012.

Eliane Brum. *"Na política, mesmo os crentes precisar ser ateus"*. 14 mar 2016. www.desacontecimentos.com.

Jessé Souza. Entrevista: "Manipulação da corrupção é única bandeira da direita".

www.vermelho.org.br – 9 mar 2016.

Consciência Negra – Uma leitura do golpe em curso na luta de combate ao racismo no Brasil (*)

Uma contribuição para o debate entre as entidades filiadas a CONEN e as organizações do movimento negro brasileiro que integram a "Convergências da Luta de Combate ao Racismo no Brasil".

Colaboradores

Amauri Pereira – Fórum CONEN/Rio de Janeiro

João Carlos Nogueira – Fórum CONEN/Santa Catarina

Marcos Cardoso – Fórum CONEN/Minas Gerais

Lideranças das entidades que participaram da I CONFECONEN – Conferência Nacional da CONEN.

Edição de texto

José Genulino Moura Ribeiro

Projeto Gráfico e Diagramação

Brasil de Fato

(*) Elaborado a partir dos conteúdos dos painéis apresentados na I Conferência Nacional da CONEN (CONFECONEN) realizada nos dias 26 a 29 de Maio de 2016, na Escola Sindical 7 de Outubro, na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais).

CONEN